



EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

December 2022 | PT

A perspetiva dos cidadãos – 3.ª temporada, episódio 22 – COP 27: desafios e expectativas na perspetiva da sociedade civil organizada

Os negociadores dos Estados signatários do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas reúnem-se no Egito para debater os progressos no sentido de resolver a questão urgente do aquecimento global. Quais são as expectativas e preocupações em relação à COP 27? Qual é o papel da sociedade civil organizada? Gozará esta de atenção suficiente nas negociações?

Connosco para apresentar os seus pontos de vista estão **Sandra Parthie, membro do CESE, Adélaïde Charlier**, ativista belga, defensora dos direitos humanos e da luta contra as alterações climáticas, **Frédéric Simon**, editor da Euractiv no domínio da energia e do ambiente, e **Luisa Neubauer**, ativista alemã, defensora dos direitos humanos e da luta pela justiça climática. (tk)

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Definir as nossas prioridades

Definir as nossas prioridades

Caras leitoras, caros leitores,

Passados quase dez meses desde que a Rússia começou a guerra na Ucrânia, os mísseis continuam a atingir cidades ucranianas todos os dias. Os acontecimentos recentes, incluindo um incidente mortal em solo da UE, recordam-nos a constante ameaça à segurança e as consequências da guerra. Neste contexto, é óbvio quais devem ser as prioridades comuns da UE para os próximos meses.

A primeira prioridade é continuar a prestar apoio à Ucrânia e ao seu povo, que se veem confrontados com condições extremas.

Os danos causados à rede de abastecimento de água e os cortes de energia deixaram milhões de pessoas em toda a Ucrânia sem acesso adequado a água potável, eletricidade e aquecimento. A UE tem de continuar a prestar apoio e a mostrar-se solidária.

A segunda prioridade diz respeito à segurança e aos valores democráticos da UE. Anima-me o facto de a Suécia ter anunciado que a segurança dos cidadãos da UE e a salvaguarda dos valores fundamentais da UE são duas das questões principais que moldarão a orientação política da próxima Presidência do Conselho da União Europeia. Não podemos deixar que a nossa segurança ou os nossos valores sejam afetados quando apoiamos a Ucrânia. A unidade europeia é fundamental.

As outras prioridades incluem a contenção de uma crise energética sem precedentes e a aceleração da transição ecológica. Face às perspetivas económicas sombrias para a Europa, prevendo-se que a inflação atinja 9,3% na UE no final do ano, temos de definir claramente as prioridades certas, em vez de manter o *statu quo*. Assegurar a recuperação e apoiar as empresas e as pessoas que se veem a braços com uma inflação em alta e preços elevados da energia é de importância fundamental tanto para as nossas economias e sociedades, como para as nossas democracias.

Além disso, não podemos esquecer a necessidade de reforçar a competitividade da UE para os empregos do futuro. Uma vez que as empresas da UE têm dificuldade em encontrar trabalhadores devidamente qualificados, embora muitos dos nossos jovens não consigam encontrar emprego, chegou o momento de começar a corrigir o desfasamento de competências. No que diz respeito à competitividade do mercado mundial, não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar o capital humano da UE.

Uma outra prioridade, à escala mundial, é a luta contra as alterações climáticas. O CESE, através dos seus pareceres e da organização de eventos, tem-se empenhado ativamente para que o Pacto Ecológico Europeu seja também um pacto social. Infelizmente, a dimensão social continua subdesenvolvida. O diálogo social deve ser parte integrante das políticas estabelecidas para alcançar os objetivos da política climática para 2050.

Permitam-me destacar aqui a importância de reforçar a democracia participativa na Europa. Perante todos os desafios que se avizinham, estou absolutamente convicta de que só poderemos ter êxito se envolvermos sempre os cidadãos europeus. É necessário dar seguimento aos ensinamentos e às recomendações da Conferência sobre o Futuro da Europa. O CESE está preparado para assumir um papel central enquanto plataforma para a futura participação dos cidadãos na Europa.

Por último, mas não menos importante, à medida que chegamos ao fim de 2022 – o Ano da Juventude – gostaria de agradecer mais uma vez a todos os jovens da Geração Milénio e da Geração Z por defenderem os valores da UE e por serem incansáveis nos seus esforços para construir um mundo melhor, inclusivo e sustentável. Esta é uma responsabilidade comum a todos nós.

Christa Schweng
Presidente do CESE

AGENDA

14 e 15 de dezembro de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

21 de dezembro de 2022, Bruxelas

[O caminho a seguir para a economia da UE](#)

27 e 28 de fevereiro de 2023, Bruxelas

Conferência das Partes Interessadas na Economia Circular de 2023

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», convidamos os membros do CESE a destacar aspetos de um parecer ou de uma iniciativa que considerem importantes. Nesta edição, falámos com **Michael McLoughlin**, autor de um relatório de informação que destaca a questão da igualdade de tratamento dos jovens no mercado de trabalho. (ehp)



MICHAEL MCLOUGHLIN: PELA IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

O Ano Europeu da Juventude 2022 está prestes a terminar. Num relatório de informação sobre a igualdade de tratamento dos jovens no mercado de trabalho, o CESE defende uma mudança significativa das políticas e a participação dos jovens para que o Ano Europeu da Juventude não se resuma a uma mera atividade de comunicação.

Ao longo do ano, o CESE tomou a iniciativa de propor vários pareceres centrados nos interesses dos jovens e formas de ele próprio reforçar a participação da juventude.

No âmbito desse processo, o CESE elaborou um relatório de informação sobre a [igualdade de tratamento dos jovens no mercado de trabalho](#), com o objetivo de analisar uma série de práticas e regras, geralmente a nível nacional, que desfavorecem os jovens no mercado de trabalho, nomeadamente em matéria de salários mínimos, segurança social e saúde e segurança, apenas devido à sua idade.

Partindo de informação recebida da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound), do Fórum Europeu da Juventude, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Sistema de Informação Mútua sobre a Proteção Social, o relatório apresenta algumas destas questões em pormenor. Os jovens são particularmente dependentes do salário mínimo: de acordo com o Fórum Europeu da Juventude, mais de um em cada quatro jovens auferem o salário mínimo, em comparação com um em cada dez adultos. Vários Estados-Membros fixam «salários mínimos para os jovens», que são, em todos os casos, inferiores ao salário mínimo geral para grupos etários específicos, enquanto outros excluem da legislação relativa ao salário mínimo os menores de 18 anos.

Outro domínio onde pode haver um tratamento diferenciado dos jovens é durante os períodos de desemprego. Uma vez mais, esta questão é essencialmente da competência dos Estados-Membros, em particular no que respeita às percentagens dos valores pagos, aos prazos de pagamento e aos critérios aplicáveis. Os sistemas nacionais na Europa apresentam um elevado grau de diversidade e complexidade. No entanto, em certos casos, é possível que estas diferenças tenham impacto em questões como o emprego e a livre circulação dentro da UE.

Os jovens podem também ser prejudicados pelos sistemas de subsídios de desemprego, uma vez que poderão não ter efetuado o período de contribuições necessário para poder beneficiar dos sistemas pertinentes. Os estágios não remunerados podem ser definidos como períodos de trabalho, semelhantes aos realizados por trabalhadores assalariados, que não estão relacionados com um processo formal e exposto de educação, formação, voluntariado ou colocação no emprego. Segundo as informações recolhidas, os Estados-Membros dispõem de sistemas diversos, com diferentes níveis de supervisão e regulamentação. O relatório assinala a resolução adotada pelo Parlamento Europeu, que demonstra um maior interesse nesta matéria enquanto símbolo tangível do empenho no Ano Europeu da Juventude.



IMAGINAR A UCRÂNIA...

Na rubrica «Imaginar a Ucrânia» da presente edição, apresentamos uma fotografia da ponte Antonovskiy, de agosto de 2021, escolhida por **Tetyana Ogarkova**, jornalista, crítica literária e ensaísta ucraniana. Lembrou-se desta fotografia um ano mais tarde, em 11 de novembro de 2022, quando as últimas tropas russas abandonaram a cidade de Quérson, deixando para trás a ponte completamente destruída. Transcrevemos aqui a descrição de Tetyana Ogarkova:

Ponte Antonovskiy, na região de Quérson

«Esta fotografia da ponte Antonovskiy foi tirada em agosto de 2021, mas é como se tivesse sido numa outra vida. Trata-se da margem ocidental do rio Dniro, em Quérson, no sul da Ucrânia. O tanto que amávamos o nosso belo país e a magnífica região de Quérson. O dia 11 de novembro de 2022 é muito significativo. É impossível olhar para a ponte de Quérson sem chorar; esta ponte estratégica colapsou, mas a cidade foi, por fim, libertada. Muitos outros lugares na região aguardam pelo mesmo desfecho. Tudo terá de ser reconstruído, mas acredito que, no final, tudo ficará bem. Temos plena confiança nas forças armadas da Ucrânia para nos defender e damos-lhes todo o nosso apoio. Um dia regressaremos definitivamente à região de Quérson. A ponte Antonovskiy será

reconstruída e erguer-se-á de novo.»

«UMA PERGUNTA A...»



«Uma pergunta a...»

Nesta secção, publicamos as observações dos membros do CESE sobre um tema de atualidade objeto de debate público e alvo das atenções dos cidadãos. Na presente edição, falamos com três membros da delegação do CESE à Cimeira da COP 27 sobre as alterações climáticas, que se realizou no Egito, entre 6 e 18 de novembro de 2022. **Sandra Parthie, Isabel Caño Aguilar e Neža Repanšek responderam às seguintes perguntas:** A COP 27 no Egito correspondeu às suas expectativas no que diz respeito à luta contra o aquecimento global e à proteção do planeta? Na sua opinião, esses eventos de grande envergadura são inspiradores ou dececionantes? Qual é a imagem da COP 27 que guardará na memória? (ehp)



Sandra Parthie: COP 27 foi espaço de debate e não de ação

A COP 27, o evento anual emblemático das Nações Unidas para as negociações sobre o clima, realizou-se este ano no Egito, onde bateu vários recordes, nomeadamente no número de participantes. Compareceram quase 35 000 pessoas, o que denota o regresso à normalidade após dois anos de COVID-19 e restrições na realização de reuniões públicas.

A conferência, inicialmente convocada para se chegar a acordo sobre propostas e soluções no combate às alterações climáticas e para se encontrar formas de atenuação e adaptação às suas consequências, passou a ser, principalmente, um espaço para destacar o impacto das alterações climáticas em todas as pessoas, independentemente do seu local de origem ou modo de vida. Eram muitas as expectativas em torno da

COP 27, que se viu sobrecarregada pela quantidade de assuntos a tratar. Para além dos esforços para reduzir as emissões de CO₂, estavam em negociação muitas questões de domínios de política diferentes, desde a saúde à igualdade de género, passando pelos direitos humanos. Pela primeira vez, a agricultura também constava da ordem do dia da conferência. Esse facto, apesar de demonstrar o impacto preocupante da degradação dos solos e das florestas nos nossos sistemas alimentares e nos meios de subsistência dos agricultores, veio também acrescentar outra dimensão a um problema já demasiado complexo.

O resultado final da conferência, alcançado após um prolongamento de 36 horas, faz mais pela justiça climática do que pela ação climática. Uma surpresa positiva foi o facto de se ter chegado a acordo sobre um fundo para «perdas e danos», ou seja, apoio financeiro para compensar pelos danos ambientais e pela degradação que as alterações climáticas causam ou causaram nos países em desenvolvimento mais vulneráveis. Este tema esteve quase uma década em suspenso nas antecâmaras da conferência, até ter sido finalmente inscrito na ordem do dia da COP deste ano.

Foram poucos, ou mesmo nenhuns, os progressos realizados no reforço da ação climática, ou seja, no

sentido de mais esforços e compromissos dos países para reduzir as suas emissões de CO₂. Os negociadores da Comissão Europeia tentaram impor como condição para o seu apoio ao fundo para perdas e danos que este dependesse de os grandes poluidores, como a China, se comprometerem a reduzir significativamente as suas emissões, mas essa tentativa fracassou. Houve mesmo um risco elevado de os países retrocederem em relação às metas já acordadas no âmbito do Acordo de Paris de 2015 e da COP 26, que teve lugar no ano passado em Glasgow.

Na verdade, a «COP de execução», como foi apelidada a reunião de Charm el-Cheikh, correu o risco de fazer recuar muitos dos progressos realizados até à data, podendo essencialmente cair por terra o objetivo acordado de limitar o aquecimento global a 1,5 graus. Os países debateram o estatuto da China (questionando se ainda é verdadeiramente um país em desenvolvimento), a eliminação ou a redução progressivas de todos os combustíveis fósseis ou apenas do carvão, as condições associadas aos fundos e às tecnologias, etc.

Esta dinâmica suscita inevitavelmente a questão de saber se o formato ainda é adequado à sua finalidade. O principal objetivo, designadamente o de se chegar a um acordo mundial sobre a necessidade de reduzir as emissões de CO₂, foi alcançado na COP 21, em Paris. A forma de o executar, ou seja, quais os métodos a utilizar para contabilizar as emissões ou verificar a sua redução, ou que entidades devem ser responsáveis por essa contabilização e onde devem estar localizadas, são questões muito técnicas que talvez não devam ser negociadas pelos ministros de quase 200 países, especialmente se cada conferência começa do zero quando se trata de um tema que não seja do agrado de algumas das partes. Pelo contrário, a execução deve ser tratada a nível técnico e operacional, não através de uma reunião anual de chefes de Estado e de Governo. As partes deveriam reunir-se a intervalos mais longos, sempre que fosse necessário chegar novamente a acordo para fazer avançar os trabalhos.

Em suma, a COP 27 no Egito não correspondeu às expectativas de uma ação climática mais concreta ou ambiciosa, ainda que tenha progredido de certo modo no domínio da justiça climática. Não obstante, foi um êxito enquanto plataforma que reúne ativistas do clima, dos direitos humanos e do ambiente, que dá a conhecer a ação climática, ou a sua ausência, e que continua a sensibilizar para os perigos reais e atuais das alterações climáticas.



Isabel Caño: COP 27 – Juntos pela aplicação das medidas

Fui a esta COP com um sentimento de urgência e a ideia de que nos restava pouco tempo para agir. A COP 27 era uma COP decisiva: aquela em que se iria passar da ambição à ação, a COP da aplicação das medidas.

A realidade insiste em recordar-nos a todos os instantes o aquecimento global, confrontando-nos com a nossa inação em matéria climática.

Nos últimos anos, a ausência de uma cooperação plena a nível internacional tem sido evidente, nomeadamente pela falta de vontade política, por exemplo, de criar um fundo adequado para perdas e danos,

apesar de essa medida ser há muito reclamada pelos países mais vulneráveis e afetados.

Nesta COP, esse objetivo foi finalmente alcançado, apesar de subsistirem dúvidas quanto à forma de o concretizar.

Após discussões longas e complexas, a COP 27 definiu um programa de trabalho para uma transição justa fundada no diálogo social e na proteção social. O movimento sindical e o Comité Económico e Social Europeu reivindicam desde sempre uma abordagem desse tipo.

No entanto, importa recordar que a justiça climática não é possível sem direitos humanos, dos quais fazem parte os direitos laborais. Falou-se muito de direitos em Charm El-Cheikh. A sociedade civil, as grandes organizações, os sindicatos e alguns governos denunciaram a violação dos direitos humanos no Egito.

Outra questão sobre a qual devemos refletir diz respeito ao funcionamento das COP e da própria política climática internacional. Deverão ser reformadas? Não caberá escutar mais a sociedade civil, os parceiros sociais, os jovens e as mulheres, associando-os mais estreitamente ao processo de decisão?

No que diz respeito aos resultados globais da COP, estes pecam pela falta de ambição, dada a gravidade da urgência climática. Assistimos incrédulos a discussões sobre assuntos que já deviam ser um dado adquirido, nomeadamente o objetivo de limitar o aquecimento a 1,5 °C ou a redução mais rápida da utilização dos combustíveis fósseis, sem serem referidas as questões do financiamento.

Por último, é evidente que as negociações sobre o clima continuam a ser dominadas pelos homens, tanto em termos numéricos como dos cargos que ocupam. É essencial assegurar a presença das mulheres no processo de decisão em matéria climática. A sua ausência agrava as desigualdades e impede-as de contribuir de forma mais aprofundada para a elaboração e aplicação das políticas climáticas.

O tempo é cada vez mais curto, e a COP 27 deixa-nos com a certeza de que, apesar de alguns progressos, temos ainda muito trabalho pela frente.

Isabel Caño Aguilar

Vice-presidente do Observatório do Desenvolvimento Sustentável



Neža Repanšek: Juntos podemos derrubar os muros do medo

Quando entrei no espaço de acolhimento da COP 27 em Charm el-Cheikh, senti-me totalmente deslumbrada. Estava deslumbrada com as pessoas, as atividades, a diversidade e toda a agitação. Consegue imaginar milhares de pessoas a falar em simultâneo, sem conseguir ouvir ninguém? É difícil de descrever.

Vou usar aqui o simbolismo bíblico da Torre de Babel. Ao construir a torre, as pessoas começaram subitamente a falar línguas diferentes e não conseguiam comunicar nem trabalhar juntas para terminar a construção. Os desafios de trabalhar em conjunto por uma causa comum também foram perceptíveis na COP deste ano. Milhares de pessoas, cada uma com

os seus próprios objetivos e prioridades distintas, reuniram-se em grupos para debater com pessoas que

partilhavam as mesmas ideias. As negociações formais foram, de certa forma, ensombradas pela desordem que ali reinava, tornando-se difícil até encontrar o local dos eventos, ou por falta de tempo ou pela distância a percorrer. Qualquer diálogo tinha de ser planeado com antecedência e poucas coisas podiam ser deixadas ao acaso.

Este tipo de evento é mesmo necessário? Traz esperança? Na minha opinião, um acontecimento desta envergadura devia ter uma logística melhor. No entanto, já que é o único evento anual em que tantas partes diversas se reúnem e partilham a mesma realidade, paixão e preocupação sincera pelo nosso futuro, devo dizer que a COP 27 realmente trouxe esperança. Talvez fosse pela experiência coletiva do tempo quente em novembro, dos preços excessivos da comida na primeira semana ou das reuniões noite adentro. Possivelmente foi pelas histórias que ouvimos e partilhámos com pessoas de todo o mundo. Ou terá sido, porventura, porque as perdas e os danos causados pelas alterações climáticas já são visíveis em toda a parte e, por isso, já não se coloca a questão de saber se devemos ou não agir.

Enquanto membro do grupo YOUNGO e delegada de uma das partes, apesar do barulho, da azáfama e da panóplia de eventos, tive uma revelação logo após a plenária: se não nos erguemos em defesa de alguma coisa, caímos em tudo.

A luta contra as alterações climáticas nunca será vencida na sala de negociações, mas sim no terreno, defendendo a nossa causa comum. Juntos podemos derrubar os muros do medo, tal como as gotas de água que formam os rios podem moldar desfiladeiros e mover montanhas! Temos de construir alianças, assegurar uma participação democrática visível e respeitar os direitos humanos e a dignidade humana.

Não podemos repetir as mesmas ações e esperar resultados diferentes. Se nada fizermos, o preço a pagar será o planeta Terra. Chegou o momento de acabar com a narrativa de que «já não há nada a fazer», apostar em grande e assegurar o verdadeiro empenho das partes em respeitar as decisões tomadas na COP 27 de Charm el-Cheikh.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Todos os meses, nesta coluna, convidamos os nossos leitores a descobrir uma personalidade cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração e cuja coragem, força de carácter e determinação são um exemplo notável, mostrando uma valentia digna do nosso respeito.

O nosso convidado de hoje é **Tikhon Dzyadko**, jornalista russo independente, além de apresentador televisivo e gestor de média. É o chefe de redação da TV Dozhd (TV Rain), a única estação de televisão russa independente, atualmente sediada na Europa.

Tikhon Dzyadko iniciou a sua carreira como jornalista na rádio independente «Echo of Moscow». De 2007 a 2012, foi correspondente na Rússia da organização internacional Repórteres Sem Fronteiras. Foi também, durante algum tempo, chefe de redação adjunto e apresentador do canal RTVi. Juntou-se à TV Dozhd em 2010 aquando da sua criação e tornou-se o seu chefe de redação em 2019. Em março de 2014, assinou um abaixo-assinado contra a anexação da Crimeia pela Federação da Rússia. Em março de 2022, o governo russo suspendeu a atividade da TV Dozhd e os jornalistas que trabalhavam na estação, incluindo **Tikhon Dzyadko**, abandonaram o país e prosseguem a sua atividade jornalística fora da Rússia. (ehp)



[Tikhon Dzyadko: A propaganda russa tem o rosto dos criminosos de guerra](#)

Conheça o nosso convidado surpresa **Tikhon Dzyadko** numa entrevista breve mas incisiva!

CESE Info: Quando decidiu que já não podia trabalhar em Moscovo? A decisão de sair da Rússia foi sua, ou não teve escolha?

Tikhon Dzyadko: Como muitos outros jornalistas, fui forçado a abandonar o país. Desde o início da guerra na Ucrânia, o Governo russo impôs a censura militar. Foi adotada nova legislação, que prevê uma pena até 15 anos de prisão apenas por se chamar «guerra» à guerra, em vez de «operação militar especial». Para não ser preso e, ao mesmo tempo, poder continuar o meu trabalho de jornalista, tive de abandonar o país.

Onde trabalha agora?

A TV Dozhd tem três estúdios que se encontram em Riga, Tiblíssi e Amesterdão. Eu trabalho em Amesterdão.

Como descreveria a propaganda russa?

A propaganda russa é muito perigosa, porque é organizada e controlada por criminosos de guerra. A propaganda russa tem o rosto dos criminosos de guerra. Há muitos anos que eles alimentam esta guerra, contando mentiras à população.

O que espera da União Europeia?

Penso que a UE e os seus cidadãos devem compreender que há muitos russos que se opõem a esta guerra e apoiam a Ucrânia e a Europa.

O que gostaria de fazer no futuro, e onde?

Regressar a Moscovo e continuar a trabalhar a partir de lá.

NOTÍCIAS DO CESE



[#COP27: sociedade civil europeia insta instituições e Estados-Membros da UE a reforçarem ambição climática](#)

Alguns dias antes da reunião da COP 27 em Charm el-Cheikh, o CESE adotou a Resolução - [Enfrentar em conjunto uma ameaça existencial: parceiros sociais e sociedade civil por uma ação climática ambiciosa](#). A mensagem da sociedade civil organizada europeia foi clara: as instituições e os Estados-Membros da UE devem continuar a desempenhar o seu papel de liderança e reforçar a sua ambição climática, independentemente do que façam as outras regiões do mundo.

Segundo um inquérito do Eurobarómetro, uma clara maioria de europeus (70%) está preocupada com as alterações climáticas, e quase três quartos consideram que devem fazer mais a nível individual para ajudar na transição ecológica. Na sua resolução e através da sua delegação de sete pessoas enviada a Charm el-Cheikh, o CESE instou todos os intervenientes a agirem, dando resposta às preocupações dos cidadãos, e a reforçarem a ambição climática, em consonância com as mais recentes recomendações científicas.

O CESE foi representado pelos membros **Peter Schmidt, Isabel Caño Aguilar, Sandra Parthie, Josep Puxeu Rocamora, Neža Repanšek** e **Lutz Ribbe**, relatores da resolução, bem como por **Sophia Wiegand**, jovem ativista em prol do clima.

«As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios da humanidade neste século. O seu impacto não começará a ser sentido pelos nossos filhos, mas já na nossa geração, alterando drasticamente o nosso modo de vida», afirmou **Cillian Lohan**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação e ativista pelo clima. «Naturalmente, sabemos que a União Europeia está a fazer mais do que qualquer outra região do mundo, como demonstram o Pacto Ecológico Europeu e o pacote Objetivo 55. Mas, enquanto casa da sociedade civil europeia, temos de insistir junto da Comissão Europeia e dos Estados-Membros da UE para que mantenham o seu papel de liderança e convençam os nossos parceiros no resto do mundo a seguir o exemplo da Europa.» (ks)



Novo acordo de cooperação com a Comissão Europeia reforça papel do CESE como parceiro estratégico

O CESE e a Comissão assinaram um novo protocolo de cooperação, que consolida e intensifica a cooperação política e legislativa entre as duas organizações, bem como os seus esforços conjuntos para comunicar sobre a Europa. O protocolo também reforça a função estratégica do Comité face às instituições da UE e o seu papel na promoção dos valores da integração europeia e da democracia participativa.

O novo protocolo, assinado em 27 de outubro, atribui ao CESE um papel mais forte na execução da [iniciativa de cidadania europeia](#) e no [Semestre Europeu](#), o principal instrumento de política económica e orçamental.

«Uma novidade importante do protocolo consiste no compromisso de identificar em conjunto cinco temas para a elaboração de pareceres exploratórios todos os anos, logo que a Comissão adote o seu programa de trabalho. Este é um ponto muito importante para nós, permitindo-nos trabalhar de forma mais prospetiva», observou a presidente do CESE, **Christa Schweng**. Os pareceres exploratórios são pareceres elaborados a pedido do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia ou do Conselho da UE sobre questões de grande interesse para a sociedade civil.

Por sua vez, o vice-presidente das Relações Interinstitucionais e Prospetiva da Comissão, **Maroš Šefčovič**, declarou: «Esta revisão do protocolo assegurará uma maior adequação das nossas modalidades de cooperação à atualidade e aos desafios que enfrentamos. Reitera igualmente o importante papel que o Comité desempenha na elaboração das nossas políticas, já que as sinergias que estabelecemos contribuem para o bom funcionamento da UE». (tk)



CESE propõe mais medidas para prevenir ações judiciais abusivas contra jornalistas e defensores dos direitos

No seu [Parecer](#) - *Iniciativa de combate à litigância de má-fé contra jornalistas e defensores dos direitos*, o CESE apoia a [proposta](#) da Comissão sobre a proteção das pessoas envolvidas em ações judiciais estratégicas contra a participação pública. Em particular, a iniciativa protege jornalistas e defensores dos direitos que contribuem de forma importante para os debates sobre questões controversas.

No parecer, adotado na reunião plenária de outubro, o CESE propõe alargar a lista de medidas para travar esse tipo de ações judiciais. O relator do parecer, **Tomasz Andrzej Wróblewski**, afirmou: «Se não reforçarmos o sistema, a liberdade de expressão ficará em perigo.»

O correlator, **Christian Moos**, por sua vez, declarou: «Trata-se de uma questão política da máxima urgência. Precisamos de agir para defender os jornalistas e as pessoas que denunciam os abusos de poder e a corrupção.»

As ações judiciais estratégicas contra a participação pública são utilizadas por indivíduos poderosos, grupos de pressão, empresas e órgãos estatais para silenciar jornalistas e outras pessoas que contribuem para o debate público, tais como ativistas sociais, defensores dos direitos humanos, organizações não governamentais, denunciante em sentido lato, cidadãos ativos e sindicatos. Esse tipo de ações judiciais aproveita lacunas dos sistemas judiciais para intentar processos cíveis ou penais infundados destinados a reprimir, restringir ou penalizar a participação pública das pessoas ou grupos visados.

As propostas do CESE incluem a introdução de um processo prejudicial que põe termo a um processo considerado não conforme, a consolidação de processos a pedido do demandado numa jurisdição específica, ou ainda a fixação de um prazo para o procedimento ou a introdução de um procedimento acelerado. Outra proposta a considerar seria proibir o financiamento da ação por uma pessoa que não o demandante.

A revisão da legislação nacional contribuiria também para identificar mecanismos que já permitem combater as ações judiciais estratégicas contra a participação pública. Importa adotar uma abordagem unificada em processos transfronteiriços e nacionais, bem como rever a legislação a nível nacional de forma a descriminalizar a difamação nos Estados-Membros onde ainda é criminalizada.

O CESE defende também que o período de avaliação proposto para a diretiva relativa às ações estratégicas contra a participação pública seja encurtado de cinco para dois anos.

Por último, a educação e a formação são fundamentais. Os profissionais da justiça e os participantes no debate público necessitam de receber formação para poderem responder às ações judiciais estratégicas contra a participação pública e defenderem melhor a liberdade de expressão. (II)



Enfrentar a crise energética: sociedade civil organizada solicita uma abordagem realista e pragmática da transição energética

O CESE está empenhado e determinado em avançar na descarbonização do sistema energético da UE e insta os decisores políticos da União a combaterem as consequências da dependência energética que dura há décadas.

Com estas palavras, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, abriu o debate sobre a transição energética e a autonomia estratégica da UE, realizado na reunião plenária de 26 de outubro de 2022. O debate contou com a participação de **Leonardo Meeus**, professor no Instituto Universitário Europeu de Florença.

«Temos de trabalhar em prol de uma transição ecológica a um ritmo que as empresas e as sociedades sejam capazes de seguir e prever medidas de acompanhamento que promovam a competitividade e a inovação da Europa a nível mundial», afirmou **Christa Schweng**. «A UE tem potencial para reduzir a sua dependência em relação à energia importada através do desenvolvimento da sua capacidade de energias renováveis a nível local; contudo, importa assegurar incentivos ao investimento adequados».

Referindo-se às reformas do mercado da eletricidade da UE propostas pela Comissão Europeia, **Leonardo Meeus** afirmou que o mercado da eletricidade, desenvolvido durante os últimos 20 anos, pode fazer parte do nosso futuro, desde que seja completado e associado a novos instrumentos que permitam a participação dos consumidores e a modernização das redes.

O debate foi articulado com a adoção do Parecer do CESE – [Uma visão estratégica da transição energética tendo em vista a autonomia estratégica da UE](#), elaborado por **Thomas Kattnig, Lutz Ribbe e Tomasz Andrzej Wróblewski**.

O parecer apresenta a visão do CESE sobre a transição energética e o seu papel na consecução da autonomia estratégica da UE, centrando-se na aceleração da descarbonização, na redução da dependência em relação à energia importada, no aumento da adesão das comunidades e das empresas e no apoio aos agregados familiares vulneráveis. (mp)



[CESE reclama mais cuidados de saúde, mais soluções de habitação e mais apoio financeiro para os familiares cuidadores](#)

A UE e os Estados-Membros devem adotar medidas para melhorar a vida das pessoas que prestam cuidados de longa duração a familiares com deficiência ou doenças crónicas ou degenerativas, afirmou o CESE no seu parecer de iniciativa sobre o [papel dos familiares cuidadores de pessoas com deficiência e de pessoas idosas](#), adotado na reunião plenária de outubro.

O relator do parecer, **Pietro Vittorio Barbieri**, defendeu que todas as medidas devem ser tomadas em conjunto por decisores políticos, empregadores (através do diálogo social), familiares cuidadores e as organizações que os representam.

«O primeiro passo consiste em reconhecer o valor do seu trabalho e ouvir o que têm para nos dizer a esse respeito. Em seguida, é preciso criar serviços e apoios no domínio da habitação para prevenir o isolamento, a marginalização e a sobrecarga física e mental. É evidente que, se os países assumirem a prestação de determinados serviços, será possível aliviar a carga que impende sobre os familiares».

Essas medidas passam por assegurar aos familiares cuidadores serviços de saúde adequados, incluindo cuidados de saúde preventivos, bem como formação sobre a forma de cuidar da sua própria saúde. Importa também assegurar apoios no domínio da habitação e a prestação de serviços domiciliários (de acordo com as necessidades em matéria de cuidados de saúde e de enfermagem), bem como serviços de apoio psicológico aos cuidadores e ao agregado familiar.

O CESE solicita também aos Estados-Membros que ponderem formas alternativas de remunerar, incluindo através de assistência financeira, os familiares cuidadores em risco de empobrecimento devido ao abandono forçado, por completo ou parcial, de uma atividade assalariada.

Além disso, cabe incentivar os empregadores a oferecer regimes de trabalho mais flexíveis e mais benefícios sociais do que os previstos pelas regras nacionais aplicáveis aos trabalhadores que prestam cuidados de longa duração aos seus familiares.

A pandemia de COVID-19 agravou provavelmente a situação de muitos familiares cuidadores, mas não há informações atualizadas suficientes sobre a dimensão do problema, o que dificulta a sua resolução. (II)



CESE empenhado em capacitar as mulheres no mercado de trabalho e enquanto empresárias

Para assinalar a Semana da Igualdade de Género do Parlamento Europeu, o CESE adotou dois pareceres em que formula recomendações no sentido de capacitar as mulheres e apoiar os familiares cuidadores. O Comité apoia igualmente a iniciativa do Parlamento ao organizar uma série de eventos relacionados com a integração da perspectiva de género e a interseccionalidade.

A presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), **Christa Schweng**, afirmou: «As atuais disparidades entre homens e mulheres no emprego são inaceitáveis e geram prejuízos económicos e sociais significativos para a UE. Temos de promover um ambiente mais favorável às mulheres empresárias, eliminar barreiras e estereótipos e encontrar mais figuras de referência para as jovens raparigas e mulheres.»

A vice-presidente do Parlamento Europeu (PE), **Evelyn Regner**, salientou a necessidade de integrar a perspetiva de género e adotar medidas vinculativas: «Constatamos um abrandamento dos progressos alcançados em comparação com os anos anteriores. Porém, quando há medidas vinculativas em vigor, continuamos a ser capazes de avançar. É necessário mudar a cultura para combater os preconceitos, mas precisamos também de adotar medidas vinculativas. E temos de trabalhar em conjunto – PE e CESE, mulheres e homens, jovens e idosos.»

Ozlem Yildirim, relatora do [Parecer do CESE – Melhorar a igualdade na UE](#), defendeu uma «política eficaz de luta contra a discriminação a nível da UE, acompanhada de sanções verdadeiramente dissuasivas».

O correlator, **Cristian Pîrvulescu**, explicou que «o parecer apela para o desenvolvimento da próxima geração de medidas de promoção da igualdade na Europa, com base no reconhecimento do princípio da

igualdade e da sua aplicação obrigatória».

O CESE adotou também o [Parecer – Papel dos familiares cuidadores de pessoas com deficiência e de pessoas idosas](#). Segundo o relator do parecer, **Pietro Vittorio Barbieri**, «o bem-estar europeu depende, em grande medida, dos familiares cuidadores, que se encontram, amiúde, excluídos do sistema. Na sua grande maioria, estamos a falar de mulheres que são forçadas a escolher entre prestar cuidados ou continuar a trabalhar. Instamos as instituições europeias e nacionais a debruçarem-se sobre este fenómeno, a bem dos cuidadores e dos beneficiários desses cuidados». (gb)



CESE solicita estratégia sustentável para as proteínas vegetais e os óleos vegetais

Num [parecer de iniciativa](#), o Comité Económico e Social Europeu (CESE) salienta os inúmeros benefícios de uma estratégia ecológica da UE para aumentar a produção de proteínas vegetais e óleos vegetais e propõe linhas orientadoras para a sua elaboração. Uma tal estratégia reduziria a dependência da UE em relação às importações e contribuiria para o desenvolvimento das zonas rurais.

De acordo com o parecer, adotado na reunião plenária de outubro, as recomendações práticas do CESE para a estratégia proposta estão alinhadas com o objetivo da UE de alcançar a autonomia estratégica do abastecimento.

O relator do parecer, **Lutz Ribbe**, afirmou durante a plenária: «A UE está extremamente dependente das importações de forragens, já que 75% das suas espécies vegetais com elevado teor proteico provêm do estrangeiro. É essencial promover o cultivo de proteaginosas na UE, o que terá um impacto positivo na biodiversidade e no ambiente em geral, contribuindo também para que os agricultores reduzam a utilização de fertilizantes minerais.»

A expansão da produção de proteínas vegetais e de oleaginosas na UE e uma maior integração das pastagens na alimentação dos animais trazem inúmeros benefícios, designadamente, o aumento das rotações de culturas, a autossuficiência de combustível para tratores e maior disponibilidade de sólidos vegetais pós-transformação, uma vez que têm um excelente potencial de alimentação proteica para animais.

De modo geral, a estratégia da UE deve ter em conta os interesses das comunidades rurais e contribuir para o desenvolvimento sustentável, em consonância com a [visão da UE a longo prazo](#).

O CESE recomenda que a Comissão Europeia analise com precisão o exemplo da [Comissão sobre o Futuro da Agricultura](#), criada pelo Governo federal alemão, e verifique se este formato seria adequado à criação de uma estratégia europeia para as proteínas; (ks)



CESE destaca necessidade de um plano de ação da UE para a diplomacia cultural

Novo relatório do CESE propõe que a UE crie um verdadeiro plano de ação estratégico plurianual para tirar pleno partido da diplomacia cultural.

Nos últimos 17 anos, a cultura, enquanto instrumento da política externa da União Europeia, passou a fazer parte da agenda das instituições europeias, mas o facto é que nunca se tornou uma verdadeira prioridade. No entanto, agora que a guerra regressou ao continente europeu, é, mais do que nunca, necessário fazer com que a cultura se torne um veículo estratégico fundamental da política externa da UE, sublinhou o parecer do CESE

«A cultura pode ser um elemento essencial na via que a Europa se propôs seguir, mas também na imagem que a UE projeta para o exterior», afirmou **Luca Jahier**, relator do parecer.

Luca Jahier salienta, em particular, a importância do património cultural, que é um assunto politicamente sensível e muito complexo e, por conseguinte, um instrumento diplomático poderoso que complementa a abordagem da UE em matéria de paz, segurança e desenvolvimento sustentável.

O plano de ação estratégico plurianual para a diplomacia cultural deve ser robusto e abranger a proteção, o restauro e a reconstrução do património em zonas de catástrofes naturais, de crises e de conflitos. Deve prever também o levantamento das iniciativas já em curso com vista à criação de uma plataforma da UE para as relações culturais internacionais e de uma estrutura específica no Serviço Europeu para a Ação Externa, centrada num «Enviado Especial da UE para as Relações Culturais».

O [Parecer de iniciativa – A diplomacia cultural como vetor das relações externas da UE](#), adotado na reunião plenária do CESE de outubro, sublinha a importância da dimensão cultural no atual contexto geopolítico, algo que está perfeitamente em consonância com a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (mt)



Mobilidade deve ser reconhecida como direito individual

Num parecer de iniciativa adotado na sua reunião plenária de outubro, o CESE solicitou o reconhecimento da mobilidade como um direito individual e como um bem público que deve estar disponível para todos.

O [parecer do CESE](#), elaborado por **Kristina Krupavičienė** e **Dovilė Juodkaitė**, sublinha que a mobilidade sustentável pode contribuir para a consecução da recuperação ecológica da UE, na medida em que

transportes públicos ecológicos e acessíveis podem promover verdadeiramente a recuperação pós-COVID-19.

«A pandemia funcionou como um catalisador, demonstrando que os transportes públicos são um serviço essencial de interesse público, em especial porque proporcionam aos profissionais de primeira linha e aos grupos vulneráveis acesso aos postos de trabalho e aos serviços», afirmou **Kristina Krupavičienė**.

Na opinião do CESE, a UE necessita de estratégias para modernizar a mobilidade e melhorar os transportes públicos, tornando-os mais atrativos e mais acessíveis aos cidadãos, especialmente aos que têm rendimentos baixos.

Os transportes públicos têm um papel fundamental a desempenhar na recuperação da Europa pós-pandemia: podem responder às preocupações climáticas e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida ao darem a possibilidade às pessoas de trabalhar, desfrutar da vida social e aceder à cultura. No entanto, a consecução de uma mobilidade sustentável exige um forte compromisso político de todos os intervenientes e a todos os níveis.

«Instamos a Comissão Europeia a definir metas quantificáveis e ambiciosas para promover a transição da utilização de automóveis particulares para os transportes coletivos e a mobilidade ativa, e incentivamos a União Europeia e os Estados-Membros a contribuírem para a mudança rumo a modos de transporte mais ecológicos, tornando-os globalmente mais atrativos», declarou **Dovilė Juodkaitė**. (mp)



[CESE exorta a maior autonomia da UE no domínio da energia, alimentos, água e matérias-primas para melhor enfrentar situações de emergência](#)

O CESE insta a Comissão Europeia e os Estados-Membros a elaborarem um plano para aumentar a preparação da UE para situações de emergência. Em particular, o plano deve aumentar a soberania da UE no domínio da produção de energia, de alimentos e de água, bem como da extração de matérias-primas.

Com o inverno a aproximar-me e o custo da energia no centro de todas as preocupações dos cidadãos, o CESE pretende que a UE aumente a sua resiliência para fazer face a futuras crises.

Num [parecer de iniciativa](#) adotado na última reunião plenária, o CESE salientou a convicção de que importa integrar em todas as políticas energéticas melhorias contínuas no que toca à resiliência dos sistemas energéticos face a ameaças naturais, políticas ou de outra espécie.

Tal deve abranger toda a cadeia de produção, incluindo a investigação e o desenvolvimento, a transformação dos materiais e a conceção, construção, implantação, arranque e manutenção de instalações no mercado único da UE. A autonomia contribuirá para eliminar a pobreza energética e o desemprego.

O relator do parecer, **Paul Rübiger**, também apelou para que se apoie os cidadãos e os consumidores que pretendem investir na produção própria de energia e na eficiência energética: «Precisamos de campanhas de informação, incentivos fiscais e subsídios e temos de construir novas infraestruturas de transporte em todo o mercado interno, mas também fora da União Europeia.»

Além disso, o CESE insta a que se assegure o abastecimento de matérias-primas críticas como o cobre, o lítio, o cobalto e elementos de terras raras através de novas estratégias para o mercado único em matéria de exploração mineira e reciclagem. Recomenda salvaguardar as fontes de petróleo, carvão, gás, urânio, água e alimentos para consumo humano e animal, bem como a elaboração de planos para o racionamento da energia, dos alimentos, da água e das instalações de saneamento.



Polos de inovação digital contribuem para a transição ecológica e digital das PME

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) recomenda o reforço dos polos de inovação digital, a fim de estimular a capacidade de inovação da UE no âmbito da transição para um futuro sustentável. Os polos de inovação digital proporcionam às

pequenas e médias empresas (PME) uma infraestrutura valiosa que facilita a sua transição ecológica e digital.

A UE está atrás dos EUA e do Japão no que toca ao investimento em I&D em percentagem do PIB (2,32% em 2020, em comparação com 3,08% nos Estados Unidos e 3,2% no Japão).

O CESE considera que a UE deve aumentar o investimento em I&D para 3% do PIB e formulou várias recomendações sobre a forma mais eficaz de utilizar os [polos de inovação digital](#) para este fim num [parecer de iniciativa](#) adotado na reunião plenária de outubro.

O relator do parecer, **Giuseppe Guerini**, afirmou a esse respeito: «A transição digital não afeta apenas a economia, mas a sociedade europeia no seu todo. Influenciará diretamente a consecução dos objetivos climáticos do Pacto Ecológico Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, mas acima de tudo, terá um impacto social em muitos setores.»

Referindo-se à importância dos polos de inovação digital, o correlator, **Nicos Epistithiou**, acrescentou: «Os polos funcionam como balcões únicos que fornecem orientações às PME sobre a dupla transição digital e ecológica. Importa que os sindicatos, as organizações da sociedade civil, as associações patronais e os poderes públicos colaborem no seio desses polos.»

Os polos de inovação digital constituem modalidades de cooperação regional entre diferentes tipos de organizações. Servem de plataformas para testar soluções tecnológicas antes do investimento e podem ser utilizados para realizar o intercâmbio de boas práticas e desenvolver competências digitais.

A rede de polos de inovação digital na Europa é atualmente objeto de uma importante reestruturação. No entanto, o CESE manifesta preocupação com a falta de uma visão clara que norteie o seu desenvolvimento

futuro.



[UE deve conceber resposta comum para amortecer choques sistémicos sem comprometer os seus objetivos ambientais e sem deixar ninguém para trás](#)

Em dois pareceres adotados recentemente, o CESE apresenta pontos de vista atualizados sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2022, realizada pela Comissão, que define as prioridades futuras das políticas económica e de emprego da UE, e sobre as recomendações relativas à política económica da área do euro para 2022. O CESE preconiza uma abordagem equilibrada que não comprometa os objetivos sociais e ambientais da UE.

O CESE defende que, devido à subida dos preços da energia e dos alimentos, afigura-se necessário criar uma rede de segurança social para os mais vulneráveis. Perante os níveis recorde da inflação, o Banco Central Europeu deve analisar os efeitos colaterais da sua política monetária, nomeadamente no crescimento e no emprego. Quanto ao aumento da dívida pública, cabe avançar na reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

«Preconizamos uma abordagem estratégica equilibrada, que deve proteger a equidade e os objetivos ambientais, especialmente em tempos de crise», observa **Judith Vorbach**, relatora do [Parecer – Considerações adicionais sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável 2022](#). «Esta abordagem foi e continuará a ser a base da prosperidade e da competitividade da UE, bem como de uma maior convergência e resiliência.»

Juraj Sipko, relator do [Parecer – Considerações adicionais sobre a política económica da área do euro para 2022](#), acrescentou: «Devemos trabalhar em conjunto para amortecer os choques sistémicos sem precedentes que o mundo enfrenta atualmente. Atrasar a adoção e aplicação de medidas pode ter consequências graves, não só do ponto de vista dos prejuízos materiais, mas também para a humanidade.» (tk)



Galia Ackerman

[Seminário do CESE «Interligar a UE» sobre o impacto da guerra na Ucrânia na UE: alargamento, comunicação e energia no topo da agenda](#)

Os enormes desafios colocados à Europa pela agressão da Rússia foram o tema do seminário anual do CESE para os profissionais da comunicação da sociedade civil. Intitulado «[Turbulência](#)

geopolítica às porta da Europa: a perspetiva da sociedade civil», o evento realizou-se em **Zagrebe, na Croácia, em 24 e 25 de outubro de 2022.**

A União Europeia deve não só apoiar a Ucrânia nas suas necessidades do dia a dia durante a guerra, mas também refletir sobre a sua reconstrução a longo prazo e o seu percurso de adesão à UE – eis o que ressaltou do seminário, organizado em parceria com o Conselho Económico e Social da Croácia.

O seminário contou com três painéis de debate dedicados a três temas distintos: o alargamento da UE, a comunicação em tempos de crise e a energia.

No seu discurso de abertura em Zagrebe, **Christa Schweng, presidente do CESE**, declarou: «Tentemos imaginar a Ucrânia daqui por alguns anos. Sei que é difícil vislumbrar algo de positivo à luz das notícias que nos chegam constantemente do terreno, dando conta dos mísseis que atingem diariamente as cidades ucranianas, danificando a rede de água e provocando cortes de energia. O nosso pensamento e o nosso trabalho de hoje devem focar-se na Ucrânia que queremos no futuro. Eu quero uma Ucrânia reconstruída e próspera, uma Ucrânia assente nos valores europeus e em condições de permitir aos seus cidadãos retomar uma vida digna no seu país de origem.»

«Como foi possível o Ocidente enganar-se a respeito de Vladimir Putin?» – foi a questão abordada por **Galia Ackerman**, escritora, jornalista e historiadora franco-russa, na sua intervenção. Galia Ackerman defendeu que Putin tem perseguido uma agenda oculta desde o início do seu regime na Rússia.

Porém, algumas pessoas no Ocidente não foram capazes de discernir os objetivos de Putin, e outras preferiram ignorá-los. «Vladimir Putin foi formado pelo KGB, pelo que tem a mentalidade e a ética desta organização. E é um facto que alguém que é um produto do KGB pode ter as competências que lhe permitam enganar grande parte do mundo», concluiu **Galia Ackerman**.

Entre os oradores do evento figuravam o ministro do Trabalho, Sistemas de Pensões, Família e Política Social da Croácia, **Marin Piletić**, a chefe do Gabinete do Parlamento Europeu na Croácia, **Violeta Simeonova Staničić**, a responsável pelos Média na Representação da Comissão Europeia na Croácia, **Andrea Čović Vidović**, e o chefe da Associação de Jornalistas da Croácia, **Hrvoje Zovko**.

Os três painéis de debate foram apresentados pelo presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, **Séamus Boland**, pelo presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, **Oliver Röpke**, e pelo membro do Grupo dos Empregadores e presidente da Secção do Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania (SOC) do CESE, **Aurel Laurențiu Plosceanu**.

O painel que abriu o seminário, intitulado «Na sombra da guerra: o novo contexto geopolítico da Europa e consequências para o futuro da UE», debruçou-se sobre o impacto das ações da Rússia nos Balcãs e os ensinamentos para a Ucrânia no que respeita ao alargamento da UE.

Os esforços do Ocidente na «batalha de narrativas» contra a Rússia de Putin foi um dos temas de debate do painel «Comunicação em tempos de crise». Os membros do painel salientaram a capacidade que a Rússia tem de disseminar a sua propaganda fora das fronteiras da Europa e da América do Norte e chamaram a atenção para a necessidade crescente de constituir «exércitos» de profissionais e voluntários para combater as técnicas de desinformação na Europa.

Os graves problemas no mercado da energia, agudizados pela guerra, foram o tema de debate do painel dedicado à «Revolução energética entre a guerra e os objetivos climáticos: desafios à execução do Pacto Ecológico». Da ordem do dia constavam ainda os desafios da transição ecológica, os ensinamentos retirados da dependência da Rússia (que agora também se aplicam à China) e os prós e contras da energia nuclear.

O seminário contou igualmente com o apoio do Gabinete do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia na Croácia. (II)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Seminário com a participação da comissária Ylva Johansson sobre o tema «Políticas de migração económica da UE: responder às necessidades do mercado de trabalho e de competências»

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

O Grupo dos Empregadores do CESE considera que a migração económica desempenha um papel cada vez mais importante na combinação global de políticas da UE para proporcionar as competências e a mão de obra de que as empresas europeias necessitam para serem competitivas, produtivas e inovadoras. O papel da migração económica como parte da resposta estratégica da UE para aumentar a disponibilidade de trabalhadores qualificados insere-se no contexto da redução da população em idade ativa, da estagnação da mobilidade intra-UE e do desfasamento das competências e da escassez de mão de obra qualificada em vários setores.

O seminário sobre o tema «Políticas de migração económica da UE: responder às necessidades do mercado de trabalho e de competências» analisou de que forma a política de migração económica da UE pode contribuir para promover uma abordagem para a migração mais orientada pela procura. Examinou os diferentes instrumentos, abordagens estratégicas e iniciativas ao nível setorial, nacional e da UE que moldam o papel que a migração desempenha na resposta às necessidades dos empregadores no que se refere às competências.

O evento teve lugar em 7 de novembro de 2022 e foi coorganizado pela BusinessEurope e pelo Grupo dos Empregadores do CESE. Entre os oradores e participantes figuraram **Ylva Johansson**, comissária dos Assuntos Internos, e representantes da Comissão Europeia, do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), dos parceiros sociais nacionais e da UE, das administrações nacionais, bem como membros do CESE.

No evento, o presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, **Stefano Mallia**, destacou a importância da migração económica: «Numa situação em que a mão de obra interna da UE, por si só, não é suficiente para garantir o bom funcionamento da economia europeia, a UE e os Estados-Membros devem continuar a facilitar a migração de trabalhadores qualificados de países terceiros. Os Estados-Membros devem assegurar

igualmente, por exemplo, através de análises do mercado de trabalho, que os seus sistemas nacionais são concebidos de forma a facilitar a resposta eficaz à escassez de mão de obra qualificada e ao desfasamento das competências.»

Markus Beyrer, diretor-geral da BusinessEurope, concordou com essa opinião: «Apelamos à Comissão Europeia para que transforme o sistema de migração económica da UE num tipo de regime assente na manifestação de interesse que contribua para tornar a Europa mais atrativa para os talentos disponíveis a nível mundial. Aguardamos com expectativa a oportunidade de colaborar com a Comissão na definição da versão completa da proposta de reserva de talentos, a fim de garantir que está bem alinhada com as necessidades dos empregadores em toda a Europa.»

Os debates confirmaram a necessidade de uma cooperação e coordenação entre a UE, os Estados-Membros e as partes interessadas (em especial, os empregadores) para garantir que as políticas de migração económica da UE contribuem efetivamente para a promoção de uma abordagem para a migração mais orientada pela procura. A reserva de talentos da UE pode desempenhar um papel importante na correspondência entre os migrantes de países terceiros e os postos de trabalho disponíveis. A nova plataforma da migração da UE destinada a melhorar a governação da migração laboral, delineada no pacote Competências e Talentos, deve reforçar a cooperação e a coordenação entre todas as partes interessadas pertinentes. Dada a importância de poder contar com quadros estratégicos nacionais para a migração que funcionem bem, a Comissão deve identificar oportunidades de aprendizagem mútua e de avaliação entre pares sobre questões como garantir a atualização periódica das listas de profissões em situação de escassez e a realização eficiente de análises do mercado de trabalho.

O resumo completo do evento está disponível aqui: <https://www.eesc.europa.eu/pt/news-media/news/eu-economic-migration-policies-responding-labour-market-and-skills-needs-0> (dv)

Reforçar a democracia no local de trabalho



Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

No início deste mês, o Grupo dos Trabalhadores do CESE realizou uma reunião para debater uma questão da maior importância para o movimento sindical - a democracia no local de trabalho. É fundamental que os trabalhadores e os seus representantes sejam informados e consultados quando da tomada de decisões numa empresa. A consulta promove melhores salários e condições para os trabalhadores, o que, por sua vez, aumenta a produtividade e a participação dos trabalhadores. Com efeito, as empresas que apoiam a democracia no local de trabalho têm um desempenho significativamente melhor e são mais inovadoras. As transições ecológica e digital em curso sublinharam a necessidade urgente de criar um quadro legislativo sólido que apoie a democracia no local de trabalho.

Oliver Röpke, presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, deu as boas-vindas aos participantes e salientou o impacto da pandemia mundial e da invasão da Ucrânia pela Rússia na economia europeia. Na sua alocução inaugural, **Aurelio Fernández López**, membro da Representação Permanente de Espanha junto da UE, asseverou que a democracia no local de trabalho seria uma prioridade fundamental para a Presidência espanhola do Conselho da União Europeia. **Rolf Schmachtenberg**, secretário de Estado do Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais alemão, proferiu o discurso de apresentação, tendo explicado de que forma a participação e a cogestão dos trabalhadores estão na base do êxito económico da Alemanha.

O segundo painel do evento abordou o papel da democracia no local de trabalho quando se trata de defender as normas laborais nas cadeias de abastecimento. **Maria del Carmen Barrera Chamorro**, membro do Grupo dos Trabalhadores, referiu o seu parecer sobre o trabalho digno em todo o mundo, recentemente adotado. Observou que, embora aprecie os esforços da Comissão neste domínio, as propostas atuais excluem a participação dos sindicatos e dos conselhos de empresa.

Sintetizando, **Oliver Röpke** afirmou que o debate da parte da tarde contribuiria para os atuais trabalhos do CESE sobre a questão da democracia no local de trabalho, um tema que deve ser abordado pelos sindicatos europeus num esforço conjunto.



Sem participação da sociedade civil, não haverá uma transição justa rumo a sociedades hipocarbónicas

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

O meio académico, as organizações da sociedade civil a nível local, os representantes das autoridades regionais e nacionais e os membros do CESE reuniram-se numa conferência em Dolní Vítkovice, uma antiga zona industrial de extração de carvão e produção siderúrgica em Ostrava, em outubro de 2022. A conferência sobre o tema «[Reinventar a região da Morávia-Silésia em busca de uma transição socialmente justa](#)» foi organizada pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE no contexto da Presidência checa do Conselho da UE, com a participação de Anna Hubáčková, ministra do Ambiente da República Checa, Vladimír Špidla, antigo comissário europeu, e Christa Schweng, presidente do CESE.

Na abertura da conferência, **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, salientou que a transição justa rumo a economias descarbonizadas era uma necessidade urgente e que as organizações da sociedade civil deviam assegurar que ninguém fica para trás. Afirmou ainda: «O Pacto Ecológico Europeu e a transição digital da UE são interdependentes e fundamentais para a estratégia da UE de autonomia geoestratégica em relação à Rússia. Mas temos de traduzir esta grande visão estratégica da UE ao nível local. Porque nada será alcançado sem a participação das comunidades e das organizações da sociedade civil a nível local. Temos de integrar estes intervenientes diretamente em processos ascendentes, concebendo conjuntamente soluções criativas e sustentáveis para um futuro sustentável.»

Séamus Boland reconheceu os esforços consideráveis da região da Morávia-Silésia para se transformar numa região sustentável e hipocarbónica. Destacou igualmente o desafio identitário decorrente da

transformação do núcleo siderúrgico da República Checa numa economia hipocarbónica. Este processo levaria inevitavelmente à reinvenção da identidade local.

Uma das conclusões mais importantes desta conferência foi a consciência de que uma transição socialmente justa só se pode tornar realidade mediante um conjunto adequado de ações e medidas que reforcem o investimento, assegurando um acesso ininterrupto a financiamento público e privado, se centrem em projetos de pequena dimensão, nos serviços sociais, nas infraestruturas, na inovação e investigação, na agricultura, no desenvolvimento e na coesão social e promovam a partilha de conhecimentos entre indústrias e setores, bem como a aprendizagem com base em boas práticas e exemplos positivos. Todas estas ações e medidas devem visar especificamente a criação de novas oportunidades de emprego, uma mão de obra mais qualificada e o reforço da integração e da inclusão.

As organizações da sociedade civil devem participar diretamente nos mecanismos de mudança no âmbito das parcerias, através de uma abordagem ascendente e inclusiva, de modo a assegurar uma dinâmica participativa e, em última análise, uma transição efetivamente justa.

Continue a leitura no [sítio Web do CESE](#) e aceda ao texto completo das recomendações e conclusões, bem como a fotografias, vídeos e apresentações de todos os oradores convidados, na [página dedicada ao evento](#). (jk/mr)

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



«Diálogos com a juventude sobre a democracia» terão lugar em março de 2023

O CESE prepara-se para o [evento anual «A tua Europa, a tua voz»](#), que permitirá a alunos de toda a Europa expor a sua visão da cidadania ativa numa democracia participativa.

«**A tua Europa, a tua voz**» regressa ao formato presencial, após três anos, por ocasião da sua 14.ª edição. Subordinado ao tema «*Diálogos com a juventude sobre a democracia*», o evento terá lugar em **23 e 24 de março de 2023**.

Tendo em conta que o evento se realiza após um ano dominado pela crise na Ucrânia, pelas ameaças a regimes pacíficos e por desafios sociais e económicos imprevisíveis causadores de mudanças sistémicas, o evento centrar-se-á na forma de sensibilizar para os valores democráticos, fomentando ao mesmo tempo o pensamento crítico e a capacitação e participação dos jovens.

Ao longo de dois dias, os alunos participarão numa série de ateliês e atividades interativas com o objetivo de formular um conjunto de recomendações que serão apresentadas às instituições europeias e aos

responsáveis e decisores políticos europeus de alto nível.

As inscrições terminaram em 6 de dezembro. Puderam candidatar-se escolas de todos os Estados-Membros da UE e dos sete países candidatos (Albânia, Moldávia, República da Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Turquia e Ucrânia).

Será selecionada por sorteio uma escola de cada país e os vencedores participarão no evento de dois dias, que será também parcialmente transmitido nas redes sociais do CESE.

Alguns membros do CESE visitarão antecipadamente as escolas selecionadas para preparar os alunos e os professores para o evento «A tua Europa, a tua voz». As visitas podem ser realizadas presencialmente ou à distância, entre janeiro e fevereiro de 2023. Antes dessas visitas, as escolas receberão documentação e material de apoio. (ck)



Exposição do CESE presta homenagem a desportistas com deficiência

Para assinalar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro), o CESE apresenta uma exposição fotográfica virtual intitulada «[Do you know these sportswomen?](#)» [Conhece estas desportistas?]

A exposição é constituída por uma série de cartazes que apresentam mulheres desportistas provenientes de oito províncias da Andaluzia, em Espanha. Todas são atletas com algum tipo de deficiência cognitiva, que vivem para o desporto e que, graças aos enormes esforços empreendidos por si e pelas suas famílias, superam os obstáculos que, de outro modo, as impediriam de alcançar excelentes resultados desportivos.

Os cartazes apresentam as histórias e experiências de 24 atletas, ilustrando a coragem, o progresso e a força que caracterizam estas

desportistas, que, contra todas as probabilidades, usam o desporto como uma forma de promover mudanças na sua vida.

A exposição estará patente em formato virtual de 1 a 31 de dezembro de 2022. Trata-se de uma iniciativa cultural organizada em articulação com o [Parecer de iniciativa do CESE – Ação da UE no período pós-COVID-19: melhorar a recuperação através do desporto](#). (ck)

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Daniela Marangoni (dm)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Luke Carroll (lc)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

12/2022